

Subjetividade em educação: comentários paralelos ao texto de Fernando L. G. Rey*

Bernardete A. Gatti

Transitar pelo tema da subjetividade não tem nada de simples. A filosofia, a sociologia e a psicologia vêm se debatendo com esse conceito, historicamente, de diferentes maneiras, na Antiguidade, na modernidade, nos questionamentos à modernidade... (ver, por exemplo, Figueiredo, 1992). O texto de F. Rey inclui-se nessas trajetórias, com uma proposição que pressupõe, no nosso entender: uma forma teórica de conceber “subjetividade” que permita problematizar questões; um método para tratar as questões colocadas; a aproximação da epistemologia marxiana com as epistemologias das teorias da complexidade e do construcionismo; uma concepção sobre processos educacionais. Portanto, perpassa entre desafios nada pequenos.

As análises sobrevindas a respeito da questão pautaram-se por dúvidas quanto a abordagens que se propõem discutir subjetivação sem referir-se a sujeitos, pessoas, individualidades, o que, no dizer de vários autores, cria um espaço diluído, abstrato, onde tudo é tudo e tudo é nada. Adentrar por esse caminho impõe distinções e nos coloca diante de heterogêneas idéias e de questões contraditórias, em teorias que têm fundamentado as buscas de construção de formas de abordar individualidades, sujeitos, subjetividades. Críticas sucederam-se no tempo a propostas de compreensão desse espaço conceitual, especialmente originárias das vertentes historicistas, contrapondo-se a perspectivas metafísicas. O debate entre “metafísicos” e “críticos” foi intenso, com dominações conceituais em círculos determinados. Uma postura crítica em relação à crítica e à metafisicização parece, não só salutar, mas necessária, na esteira de que o inacabamento do conhecimento e as perplexidades que ele mesmo gera continuem a ser assumidos pelos espíritos livres de investigadores em busca de melhores formas compreensivas do real. A crítica, aqui, coloca-se no sentido de um olhar agudo, tanto sobre perspectivas vigentes como

* Texto apresentado no GT-20 – Psicologia da Educação, durante a 24ª Reunião Anual da Anped, 2001.

sobre perspectivas emergentes, o que pressupõe o assentamento de argumentos, proposições, dúvidas, sobre conhecimentos de processos de produção dessas perspectivas e de seus conteúdos e referenciais específicos.

Nessa discussão, vamos apenas pontuar contextos de produção de conhecimentos que estão imbricados com questões que o texto de Fernando Rey nos traz. Ou seja, tentarei colocar o cenário no qual creio que ele se insere, em tripla referência, cenário com o qual o texto pode ser contrapontuado.

Primeiramente, a vertente materialista histórica. Observamos que nessa abordagem, de fato, espera-se que uma unidade seja construída. Em Marx, a sociedade desalienada com o fim da propriedade privada, da economia de mercado e do Estado, gesta um verdadeiro sujeito constituído historicamente, mas que se apresenta finalmente com unidade e universalidade. Ao mesmo tempo que, antes desse momento histórico, instaura-se a provisoriade contraditória que se supera por sínteses provisórias, enfatiza-se a determinação da infra-estrutura sobre a macroestrutura, com a prevalência da alienação. Não é um espaço flexível o suficiente para se considerar pessoas, individualidades, sujeitos ou subjetividades. Observamos a dificuldade de vários autores que nessa vertente tentaram discutir as questões ligadas a individualidades, pessoas, sujeitos. Um dos ângulos da discussão sobre questões de subjetividade nasce mesmo no âmbito das críticas quanto aos limites das categorias marxistas gerais para a compreensão de vários fatos: a questão da mulher, das etnias, das pessoas em sua individuação, etc. Os limites que foram sendo historicamente encontrados na busca de conhecimentos fecundaram a construção de novas proposições dentro dessa perspectiva. Cito um exemplo já clássico desses encaminhamentos teóricos, o de Agnes Heller (1982). Segundo a autora, a proposta de Marx contém uma contradição que merece atenção:

(...) por um lado, Marx construiu filosoficamente o sujeito da revolução, ou seja, formulou a hipótese de uma classe que, necessariamente, como classe, através de um processo revolucionário, liberta toda a humanidade. Por outro lado, descreveu a sociedade capitalista de modo a demonstrar que as leis econômicas conduzem necessariamente a uma revolução histórico-social.

Com isso abre-se o terreno para se deixar de lado os sujeitos, em favor das inelutáveis leis econômicas, em sua objetividade. Além disso, cria-se um mito

em torno da classe operária revolucionária, deixando de considerar a economia. Aqui também o sujeito se dilui na classe, e, também, o apego a uma só classe deixa de lado todos os que Heller vai colocar como tendo carecimentos radicais, que perpassam as classes sociais, aos quais uma teoria revolucionária falaria (mulheres, jovens, minorias radicais, etc.). Patto (1990) nos mostra como Heller vai resgatar a subjetividade colocando-a no centro do processo histórico: aquele do homem em busca de sua humanização. Segundo essa autora

Uma das contribuições ao marxismo contemporâneo é, portanto, a colocação da temática do indivíduo no centro de suas reflexões. E o indivíduo a que se refere não é um indivíduo abstrato ou excepcional, mas sim o *indivíduo da vida cotidiana*, isto é, o indivíduo voltado para as atividades necessárias à sua sobrevivência. (Heller apud Patto, 1990, pp. 134-135)

Com essas colocações, a questão básica da história é a questão da produção do homem no processo histórico. Estando a lidar com questões que não poderiam ter sido colocadas por Marx e outros marxistas até pouco tempo, Heller e outros autores valorizam aspectos superestruturais, o que constituirá uma tônica de análise nas perspectivas neomarxistas.

Monteiro (1995), ao discutir questões da relação objetividade *versus* subjetividade, também aponta contradições na obra de Marx que, nas suas palavras, vão além “da clássica, e discutível, oposição entre o ‘jovem Marx’ e o ‘velho Marx’ (p. 24), contradições essas que vão alimentar construções explicativas ricas de sentido, dentro dessa vertente. Vai destacar três tipos de determinismos na obra de Marx (o econômico, o histórico e o sociológico), com suas contradições trazidas em várias passagens de seus textos, o que, segundo Monteiro, parece “ter conferido uma certa fertilidade aos debates e desdobramentos teóricos posteriores ao próprio Marx” (p. 24). A partir dessas contradições, ao valorizar aspectos socioculturais, jurídicos e políticos – ao afirmar a necessidade de ações individuais e sociais para a mudança social, ao lembrar que “a história social dos homens nada mais é que a história de seu desenvolvimento individual, tenham ou não consciência disso” (Marx, 1984, p. 212) – é que emergem conceitos que são úteis à psicologia, os quais dizem respeito à questão do indivíduo e da subjetividade, como alienação, ideologia,

dominação, consciência. Monteiro (1995) propõe revigorar conceitos marxianos que tenham um potencial analítico-explicativo superando determinismos enrijecedores. Propõe resgatar a importância dos elementos superestruturais quanto ao determinismo econômico, sem ignorá-lo:

entender o materialismo histórico como um processo não finalístico, não teleológico, mas apenas como método descritivo e, por vezes, analítico-explicativo quanto à relação do homem com a materialidade, como sendo um fato inelutável que se transforma historicamente, mas que absolutamente não está determinado, e se, por um lado pode haver tendências expressas, por outro há a ação possível do homem e a própria imprevisibilidade; e, finalmente, quanto ao determinismo sociológico, é preciso reconhecer o indivíduo como ator concreto que, também no sentido econômico ou histórico, é a base do humanismo de Marx. (p. 28)

Por outro lado, muitas das questões ligadas à subjetividade desenvolveram-se a partir dos estudos do cotidiano, nas “novas” psicologias e entre os autores chamados “pós-modernos” (o que quer que isso signifique). O materialismo histórico, como modelo explicativo, é colocado pelos últimos como parte da modernidade, em cujo bojo se construíram grandes modelos interpretativos da realidade, que começaram, especialmente a partir da segunda metade do século XX, a ter sua confiabilidade posta em questão, ante as grandes transformações sociais havidas. As suas contribuições no âmbito de uma nova lógica de análise estão, no entanto, inscritas na história humana, ao lado de outras formas lógicas, e inscritas na própria vida dos cientistas sociais, como investigadores da realidade humana. Nessa esteira, no campo da psicologia, no qual questões ligadas à subjetividade humana fazem parte da própria constituição do campo, vários trabalhos surgiram, entre os que postulavam e utilizavam o marxismo como fonte de referência, agora analisando problemas conceituais – as aporias – nas reflexões de Marx, e propondo nova ancoragem em desdobramentos mais recentes de seu pensamento, nos quais a superestrutura toma visibilidade maior, como aspecto também de determinação. Com outras categorias abre-se espaço para criações interpretativas voltadas às inter-relações humanas próximas, à discussão das subjetividades, produtos e também produtoras da história.

Para concretizar esse processo, podemos tomar como referência os caminhos percorridos por um grupo de pesquisadores que, na psicologia social, aderiram às perspectivas marxistas nos anos 1980 e que relêm, na atualidade, algumas de suas categorias de trabalho. No dizer de Lane e Sawaya (1995)

Foram dez anos de fermentação de idéias (...) O produto que ora apresentamos não significa a conclusão das reflexões, mas contém a possibilidade de alimentar as discussões que hoje se travam na busca de compreensão *do processo de constituição do homem*, especialmente pela ênfase dos estudos nas mediações psicossociais até então esquecidas na análise dialética homem/sociedade, como: afetividade e dimensão ético-valorativa.

Reconhecem os poderosos processos sociais que “se traduzem em novas formas de diferenciação social e de sociabilidade que desafiam o paradigma das ciências humanas a buscar um *novo olhar* sobre si mesmo, sobre o homem e sobre a sociedade” (Apresentação). As posturas de crítica à crítica construída com base no materialismo histórico não o descarta, mas refaz posturas. O referencial materialista histórico-dialético politizou o conhecimento científico, criando um movimento de denúncias à neutralidade desse conhecimento, historicizou os fenômenos humanos e, conforme Japiassu (1975), derrubou o mito da ciência pura e da ciência para o progresso. No entanto, conforme análise pertinente de Sawaya,

caiu num dos erros que queria evitar – a redução da diversidade ao *um*, sucumbindo ao mito da teoria unitária que se traduziu, na prática, na síndrome do *happy end* (como se a superação da propriedade privada dos meios de produção significasse a liberdade para sempre) e na divisão maniqueísta dos homens entre os que fazem a história e os excluídos dela. Enfim, reificou o homem e a sociedade em categorias generalizantes que se bastavam a si mesmas, anulando a necessidade de pesquisas.

A grande teoria, com suas categorias estabelecidas, já explicava tudo. Entretanto, não se abandonam as perspectivas macroexplicativas dessa vertente e nem as perspectivas epistêmicas, mas buscam-se intensamente novas categorias explicativas e novas possibilidades de sínteses.

O ponto de partida nessa vertente é o social, mais ampla ou mais restritamente considerado, sendo as subjetividades uma densificação específica de relações mediadas, o que lhes dá identidades mais ou menos provisórias.

Outra vertente a considerar, mais recente, repousa nos caminhos das teorias da complexidade e, aqui, deparamo-nos com uma explicitação paradoxal, começando pela constatação de que “sujeito” é algo evidente e não-evidente ao mesmo tempo (Morin, 1996). Conforme Morin, toma existência no cotidiano, mas sob uma ótica da determinação social ele se dissolve. Portanto, a noção de sujeito só se torna possível quando e onde se possa conceber a autonomia, o que não se realiza em uma visão mecanicista ou determinista. A autonomia é concebida como auto-eco-organização, que é um processo no qual energia e informação constituem sua condição e no qual é possível tomar a si mesmo como centro, conservar e expandir potencialidades, sendo o princípio do próprio processo vital. Ela permite a manutenção da identidade do ser, mas, sendo dinâmica, transforma-a e modifica, sem desagregá-la. Aí está o sujeito, que incorpora realidades contraditórias e que compõe-se de contrários, como os processos conscientes e inconscientes, os processos de conservação, reprodução e criação, da novidade, do egoísmo e altruísmo, etc. A auto-eco-organização leva, pois, à necessidade de pensar a noção de indivíduo que se evidencia no contraponto de uma espécie, gerando nova dicotomia, que só se resolve por um paradoxo: o indivíduo é produto, mas também é produtor, na espécie. Também a sociedade é produto das interações entre indivíduos, mas essas interações criam uma organização que tem qualidades próprias – linguagem, cultura –, que retroatuam sobre os indivíduos: os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos. Esses indivíduos têm a propriedade de se colocar como um eu, como um “si” que se distingue de um “não-si”, num processo de auto-exo-referência que é constitutivo da identidade subjetiva. Esse eu torna real a representação do ser como uma unidade, apesar de todas as diferenças em momentos e situações diversos. Agregando-se aí o princípio da inclusão e da exclusão, que são inseparáveis – o eu e o não-eu –, pode-se conceber a integração de nossas subjetividades pessoais em uma subjetividade mais coletiva, a que se exprime pelo “nós”, ampliando nosso círculo de inclusão. Os outros aí incluídos fazem parte de nós e nós fazemos parte deles, subjetivamente, em qualquer tempo ou espaço dados. Conflitos se instauram nesse princípio, gerando ambivalências e confusões quanto ao incluído ou excluído: a incerteza se manifesta. A intercomunicação é o processo

que dá sentido a esses movimentos, mas também manifesta-se por contrários, da muita comunicação à incomunicabilidade, essa podendo ser comunicada, o que agrega outro movimento nesse quadro da constituição dos sujeitos e das subjetividades.

O ponto de partida nesta análise é o dos seres em sua existência bio-socio-conjuntural-cultural. O sujeito tem um caráter existencial, no qual fragilidades e incertezas se manifestam, no qual sentimentos se desenvolvem e a linguagem lhe permite objetivar sua consciência. O sujeito tem consciência de ser consciente e tem possibilidades de exercício da liberdade, por poder considerar uma situação e fazer escolhas, mas isso é limitado por condições externas ao contexto da situação de escolha. E onde o sujeito é possível? Na cotidianidade. Mas aqui estaremos distantes da cotidianidade caracterizada, por exemplo, por Heller (1975). Essa cotidianidade tem sua face ordenadora, com padrões, repetições, reproduções, formatações, e sua face extraordinária, o lado da criação, do inusitado, do incomum, dos acontecimentos, ambas compondo-se em uma unidade paradoxal. Comporta uma sabedoria, um espírito do fazer, necessidades e acasos, negociações permanentes. No cotidiano está o senso comum, a alienação, mas nele também criam-se utopias, encantamentos, invenções que se entrelaçam numa tessitura *sui generis*, que é a vida, que se cria e recria, incerta e imprecisa. Aí se revela a tensão constante, como força que acomoda e desacomoda, ou seja, organiza, padroniza, medioriza e repete, ao mesmo tempo que desorganiza, diferencia e cria resistências e rupturas. Essa é a dimensão sociocultural mediadora por excelência da vida social (Castro, 1997). Nessa dimensão chegamos aos sujeitos. No dizer de Castro (idem, p. 178): “No cotidiano, o *além* exige a mediação de um *alguém* e é isto que forma os pontos nodais de interação dos homens em sociedade e da sociedade nos homens”.

E os processos de aprendizagem, como inseri-los nesses panoramas? Com o social, o cultural, pervasando de um modo ou de outro a questão da subjetividade, como foi colocado, somos levados a considerá-los no âmbito dos processos de desenvolvimento humano social e culturalmente construídos, afastando-nos da linearidade das proposições de desenvolvimento na perspectiva das vertentes do realismo científico. Esses processos incorporam contrários e contradições, mostram bruscas mudanças, atuam por desafios e saltos cognitivos alimentados por construções de sentido. Vygostsky (1984) observou com clareza: “Dominados pela noção de mudança evolucionária, a

maioria dos pesquisadores em psicologia da criança ignora aqueles pontos de virada, aquelas mudanças convulsivas e revolucionárias que são tão frequentes no desenvolvimento da criança” (p. 84). Determinismos passam longe dessa perspectiva. Esse desenvolvimento não é o resultado de uma acumulação gradual de mudanças isoladas, mas mostra-se como um processo complexo que se caracteriza “pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, embricamento de fatores internos e externos, e processos adaptativos que superam os impedimentos que a criança encontra” (p. 83). Nessa perspectiva, o texto de Rey encontra base, sobretudo em suas implicações para os processos educacionais.

Complementando nossas observações, a título de ampliação de horizontes sobre a questão dos estudos sobre a subjetividade, devemos assinalar que, de alguns anos para cá, um novo vigor nas questões relativas à constituição da subjetividade humana vem se firmando nos estudos das ciências humanas e sociais. Como se os homens estivessem novamente em busca de seu lugar e de seus papéis nesse cenário incerto da sociedade contemporânea. O Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade na PUC-SP é um exemplo desse movimento. Com atividades diversas, pesquisas, teses e publicações, vem trazendo a público questões que haviam sido relegadas a segundo plano ou mesmo descartadas em certos círculos acadêmicos. As novas perspectivas que se descortinam fecundam-se na produção de jovens doutores que ousam romper com esquemas de análise que se tornaram repetitivos. Exemplifico com uma breve referência à tese de doutorado em Psicologia de Carmem Oliveira, *Brasil, além do ressentimento – cartografias da subjetividade no Brasil*, de 1997, utilizando-me também dos comentários de Juremir M. da Silva, em revista do Núcleo (v. 5, 1, p. 215 e ss.). A autora propõe-se a pensar a trajetória dos brasileiros de um ponto de vista não determinista, rompendo com explicações analíticas recheadas de conceitos predeterminantes, explicativo *a priori*. Com a idéia de que os acadêmicos tendem a apresentar seus pontos de vista em trabalhos que parecem artigos de fé, como produtos de uma razão irrefutável, a autora trata o ressentimento (que está no título de seu trabalho) como aquele que resulta de uma concepção abstrata sobre o país, que é retratado pela intelectualidade como “não funcionando”, “não prestando”, “nada presta”, uma vez que a massa popular não corresponde aos projetos desses pensadores, o que os faz melancólicos, com uma visão sempre acinzentada do

povo brasileiro e, com isso, abrigam-se, seja no niilismo, seja no elitismo e na arrogância. Seu criticismo, assim, mostra-se transformado em imobilismo e intransigência, no qual se recusa tudo que é estranho à vontade deles. Na p. 251 pondera que “falar das pequenas alegrias na paisagem brasileira não é no sentido de referência à pouca seriedade, tampouco a um tempo simplesmente lúdico, sem sentido, associado ao puro princípio do prazer”, mas, sim, traduz-se em uma aposta em eventos da ordem existencial concreta, em reconhecer que não são só os intelectuais que detêm a possibilidade de sínteses brilhantes, em admitir que sentidos se criam nas trocas constantes e contínuas de todos os seres humanos em seus locais relacionais, em reconhecer os atos simbólicos das pessoas inseridas em grupos sociais instáveis, nos quais elementos de identificação se metamorfoseiam.

Em outra direção, em Foucault (1985), encontramos a idéia de *formas da subjetividade*, que podem colocar-nos referenciais interessantes para esse contraponto. Segundo o autor, a partir do século XVII, as formas de subjetividade, que são potencialidades históricas, mostram-se relacionadas com a produção de saberes numa rede de poderes e de seu exercício através de controles diversos que se instalam no cerne mesmo das subjetividades em uma dada sociedade. A idéia de *formas de subjetividade* está vinculada a condições culturais historicamente dadas e situadas, territorializadas, e permite delimitar contornos de saberes e práticas, seus limitantes e suas possibilidades de transformação, o que, para Foucault, parece repousar em um projeto ético. O sujeito se coloca, aqui, como o articulador desses processos, atribuindo-lhes sentido próprio ou esvaziando-se em um universo pessoal desarticulado de desejos, valores, idéias, ideologias. As formas sociais culturalmente construídas direcionam a experiência de nós mesmos, constroem os sujeitos, que, no entanto, podem, em condições de procura de uma nova ética, rearticular-se.

Entre as veredas que podem ser tomadas na construção de compreensões sobre a subjetividade, sua construção e permeabilidade com os processos educacionais socialmente realizados, há proposições que se aproximam – a consideração das condições sociais específicas e históricas é uma dessas proposições. No entanto, devemos reconhecer que há pontos de referência diversos nas construções dos processos de subjetivação. Produzir uma síntese que nos permita ampliar a compreensão desses processos, incorporando as contradições que se põem entre perspectivas, e reportá-la a processos educacionais, é um grande desafio. Creemos que o texto de Rey é um ensaio nessa direção,

uma abertura de sentido, uma indicação de indícios, no qual as dificuldades não são poucas: como articular concretamente as idéias de complexidade com o materialismo histórico e o construcionismo sócio-histórico, donde relevam as questões culturais? Como não referir-se à teoria, aos macroconceitos, de forma abstrata? Como não resvalar para idealismos na compreensão dos processos educacionais?

Resumo

O presente texto discute os contextos de produção de conhecimento imbricados com as questões apontadas por Fernando González Rey ao abordar a subjetividade, cotejando-as com o materialismo dialético, a teoria da complexidade e outras produções contemporâneas.

Palavras-chave: subjetividade; pesquisa em educação; pesquisa qualitativa.

Abstract

This text presents contexts of knowledge construction connected with questions discussed by Fernando González Rey about subjectivity, comparing them with dialectic materialism, the theory of complexity and other contemporary productions.

Key-words: subjectivity; research in education; qualitative research.

Resumen

El presente trabajo discute los contextos de la producción de conocimiento imbricados con las cuestiones apuntadas por Fernando González Rey al abordar la subjetividad, cotejándolas con el materialismo dialéctico, la teoría de la complejidad y otras producciones contemporáneas.

Palabras claves: subjetividad; investigación en educación; investigación cualitativa.

Referências

- Castro, G. de (1997). "Da fragilidade do homem-rede". In: Castro, G. de; Carvalho, E. A. e Almeida, M. C. de. *Ensaio de complexidade*. Ed. da UFRN.
- Figueiredo, L. C. (1992). *A invenção do psicológico. Quatro séculos de subjetivação*. São Paulo, Escuta/Educ.
- Fonseca, M. A. (1995). *Michel Foucault e a construção do sujeito*. São Paulo, Educ.

- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade*. Rio de Janeiro, Graal.
- Japiassu, H. (1975). *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro, Imago.
- Heller, A. (1975). *Sociologia della vita quotidiana*. Roma, Editori Reuniti.
- _____ (1982). *Para mudar a vida*. São Paulo, Brasiliense.
- Lane, S. e Sawaya, B. (orgs.) (1995). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo, Brasiliense/Educ.
- Marx, K. (1984). *Marx/Engels – História*. São Paulo, Ática.
- Monteiro, Luís Gonzaga Mattos (1995). “Objetividade X Subjetividade: da crítica à psicologia à psicologia crítica”. In: Lane, S. e Sawaia, B. *Novas veredas da psicologia social*.
- Morin, Edgar (1996). “A noção de sujeito”. In: Schnitman, D. F. (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Artes Médicas.
- Patto, Maria Helena S. (1990). *A produção do fracasso escolar*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- Vygotsky, Lev S. (1984). *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes.

Bernardete A. Gatti

Programa de Estudos Pós-Graduados em
Educação: Psicologia da Educação da PUC-SP
E-mail: gatti@fcc.org.br